

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

ILUSTRÍSSIMA SRA. MARA MIRELLE SOARES DE OLIVEIRA VALERIANO
PREGOEIRA DA PREFEITURA DE ARAPIRACA/AL.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP Nº 066/2023
REF: CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO
INTERPOSTO PELA EMPRESA JR EMPREENDIMENTOS LTDA

A COOPERATIVA DOS MOTORISTAS AUTONOMOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ARAPIRACA LTDA - COOMATEA, inscrita no CNPJ Nº 10.659.981/0001-37, sediada na Rua Estudante Cledson Damasceno, 26 - Padre Antonio Lima Neto - ARAPIRACA/AL, vem, mui respeitosamente perante Vossa Senhoria, através de seu representante legal, em prazo hábil, nos termos do Art. 4º, inciso XVIII da Lei 10.520/2002, § 2º do Art. 44 do Decreto Federal 10.024/2019 vem, respeitosamente, apresentar tempestivamente suas

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO Interposto pela empresa JR EMPREENDIMENTOS LTDA, com base nas razões a seguir expostas;

I – DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, verifica-se que a apresentação das contrarrazões se encontram dentro do prazo estabelecido pelo Decreto Federal 10.024/19.

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

Sendo assim, considerando que o prazo previsto no sistema COMPRASNET para apresentação das contrarrazões finaliza-se no dia 08/02/2024, vê-se que as contrarrazões ora apresentadas se mostram plenamente tempestivas, estando assim, aptas a serem conhecidas pela administração pública deste respeitável Município.

II – DOS FATOS

No dia 11 de janeiro de 2024, às 09:00, iniciou-se a sessão pública para a abertura da sessão com as licitantes interessadas em contratar com a Prefeitura Municipal de Novo Lino, nos termos do edital da licitação, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2023, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM MOTORISTAS DEVIDAMENTE HABILITADOS, PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS INERENTES AOS DIVERSOS ÓRGÃOS/SECRETARIAS QUE COMPÕEM O SISTEMA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA, quando então, na fase de habilitação entendeu a Pregoeira pela inabilitação da empresa JR EMPREENDIMENTOS LTDA.

Irresignada, a empresa JR EMPREENDIMENTOS LTDA, apresentou Recurso Administrativo alegando ter se equivocado a Pregoeira ao inabilita-la, argumentando em sua peça recursal não ter sido adequada a sua inabilitação.

O fato é que o contrato social da recorrente não possui CNAE compatível com o objeto da licitação, uma vez que consta claramente no objeto da licitação que a intenção do município é contratar empresa especializada m locação de veículo com o condutor, senão vejamos:

1.1. A presente licitação tem por objetivo o Registro de preços para futura e eventual contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM MOTORISTAS devidamente habilitados, para realização de serviços inerentes aos diversos Órgãos/Secretarias que compõem o sistema organizacional da Prefeitura Municipal de Arapiraca.

Alega a recorrente em sua peça recursal que a exigência da compatibilidade do CNAE do licitante com objeto da licitação não encontra-se devidamente expressa no edital, entretanto, a alínea "d" do item 26 traz a seguinte redação:

20.6. Poderá ser INABILITADO o licitante que:

- a. Deixar de encaminhar ou de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no item 19 deste Edital;
- (...)
- c. Apresentar quaisquer documentos em desacordo com este Edital, inclusive quanto ao previsto no item 16.2 deste Edital;
- d. NÃO CONTENHA EM SEU ATO CONSTITUTIVO ATIVIDADE ECONÔMICA COMPATÍVEL COM O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO;

Como se vê, a exigência é bastante clara, de modo que qualquer pessoa ou licitante que tivesse tido acesso ao

Edital, entenderia que os interessados em participar deveriam possuir em seus contratos sociais, a indicação de atividade econômica compatível com o objeto da licitação, no caso em questão, tal informação deveria estar identificada através do CNAE constando a ATIVIDADE DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM O CONDUTOR.

Cumprir destacar que, além da irregularidade apontada pela Ilustríssima Pregoeira, a recorrida desatendeu às exigências do edital no tocante as seguintes exigências:

1. AUSÊNCIA DOS TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DO LIVRO DIÁRIO EXIGIDOS NO ITEM 19.1.4.2 DO EDITAL:

19.1.4.2. Apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei;

A expressão NA FORMA DA LEI, significa que a apresentação do balanço patrimonial deverá ocorrer nos moldes das leis 10.406/02 e 6.404/76, vejamos:

Indicação do número das páginas e número do livro onde estão inscritos o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) no Livro Diário, acompanhados do respectivo TERMO DE ABERTURA E TERMO DE ENCERRAMENTO DO MESMO ou publicação no Diário Oficial e jornal de grande circulação na sede da Companhia (S/A), fundamentado no §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02; Art. 1.180, Lei 10.406/02; art. 177 c/c art. 289 da lei 6.404/76 e Art. 9 do ITG 2000(R1).

(...)

PROVA DE REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL OU CARTÓRIO (procure por uma chancela), fundamentado no art. 1.181, da Lei 10.406/02 e alínea "b", do art. 10, da ITG 2000(R1). -Observe que a regra é registrar o Livro Diário, salvo disposição especial em lei em contrário. (as chancelas costumam vir apenas nos Termos de Abertura e de Encerramento). (<https://www.licitacao.online/balanco>).

2. AUSÊNCIA A DECLARAÇÃO EXIGIDA NO ITEM 19.1.3.2:

19.1.3.2. DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPONIBILIDADE DE VEÍCULOS E PESSOAL ADEQUADO PARA O CUMPRIMENTO DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO.

III – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Ao participar de um certame, por força da Lei 8.666/93, a regra é que a licitante apresente os documentos em conformidade com o edital em todos os seus termos.

Os artigos 3º e 41 da Lei de Licitações tratam do princípio da vinculação ao instrumento convocatório e isso pressupõe que as empresas participantes obedeçam ao edital.

Destaque-se que, a administração não pode deixar de cumprir as regras constantes no edital, sob pena de incorrer em violação ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório.

De longa data, sabe-se que o "edital faz lei entre as partes".

Esta informação advém do art. 41, da Lei nº 8.666/93, a qual expressa que "a administração não pode descumprir as normas e condições do edital a que se acha estritamente vinculada", afinal, jamais poderá a administração descumprir as regras e condições por ela própria estabelecidas em edital, às quais deu publicidade e por meio delas, vinculou-se aos licitantes interessados em contratar com a administração pública.

Por meio do edital e em razão do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, administração pública e administrados pré-estabelecem as regras do certame, evitando-se que as partes sejam surpreendidas com condutas estranhas ao que prevê o edital.

Para o professor CARVALHO FILHO, José dos Santos (Manual de Direito Administrativo. 26 ed. São Paulo, Atlas. P. 246):

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

Os tribunais pátrios têm entendimento pacificado acerca da necessidade de observância estrita aos termos do edital.

O TRF1 decidiu que a Administração deve ser fiel ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório:

Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, 'a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada' (Lei nº 8.666/93, art. 3º, 41 e 43, I). O edital é a lei da licitação. A despeito do procedimento ter suas regras traçadas pela própria Administração, não pode esta se furtar ao seu cumprimento, estando legalmente vinculada à plena observância do regramento (AC 199934000002288).

Noutra decisão, este mesmo Tribunal Regional Federal, registrou:

Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º [Lei nº 8.666/93], pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento.

(...)

O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública.

(...)

A conduta da Administração na condução do pleito foi de estrita observância e vinculação ao edital, sendo o direito prejudicado pertencente a terceiro que não observou as prescrições editalícias, sendo descabida a pretensão de beneficiar-se de sua desídia (AC 200232000009391).

Partindo desta premissa, após promovida a devida publicidade ao instrumento convocatório, esgota-se a discricionariedade da administração pública quanto aos termos nele estabelecidos, tornando-se norma de observância obrigatória entre as partes e nesse contexto, inclui-se não apenas o próprio edital, mas também o Termo de Referência e todos os demais anexos.

A condição de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, não fundamenta-se apenas no

menor preço, mas na proposta que melhor cumpra com os requisitos do Edital, e das Leis.

O objetivo de obter a proposta mais vantajosa não se sobrepõe, mas, antes, se amolda aos demais objetivos e princípios inerentes à licitação. Mesmo porque, conforme arrazoa Marçal Justen Filho:

“A vantagem não se relaciona apenas e exclusivamente com a questão financeira. O Estado necessita receber prestações satisfatórias, de qualidade adequada. De nada serviria ao Estado pagar valor irrisório para receber objeto imprestável”

Neste sentido, José Cretella Júnior nos ensina:

“Mas vantajosa não é a proposta de menor preço, mas a que se apresente mais adequada, mais favorável, mas consentânea com o interesse da Administração, observadas, sem dúvida, outras condições como o prazo, o pagamento do preço, a qualidade, o rendimento”.

Atualmente há forte corrente no sentido de que a atuação do pregoeiro se mostre dinâmica e proativa no sentido de evitar inabilitações/desclassificações desnecessárias ou por razões meramente formais.

Contudo, não seria este o caso do certame ora sob recurso, afinal, deixou a recorrente de atender condições importantes e indispensáveis para demonstrar a sua regularidade e, principalmente, desatendeu requisitos editalícios impostos para que todos os licitantes a eles se submetessem.

De tudo quanto exposto, há de se observar que, a Ilustre Pregoeira agiu de acordo com a Legislação vigente, não havendo qualquer irregularidade que possa macular o presente certame ou afastar a D. decisão, tendo em vista que todos os requisitos previstos em lei foram devidamente cumpridos.

Sendo assim, pelos argumentos ora expostos evidencia-se que a empresa JR EMPREENDIMENTOS LTDA não se mostrou capaz de ser declarada adjudicatária dos itens por ela arrematados no certame.

No caso, é forçosa a conclusão de que a desclassificação da proposta apresentada pela empresa JR EMPREENDIMENTOS LTDA deve ser mantida porquanto fere a legislação, o Edital e as decisões majoritárias dos tribunais de contas.

Isto posto, faz-se necessária manutenção da decisão que declarou inabilitada a empresa JR EMPREENDIMENTOS LTDA.

III - DOS PEDIDOS

Dado o julgamento exato que foi deferido pela Sra. Pregoeira, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação, solicitamos que essa Administração considere como indeferido o recurso apresentado pela empresa JR EMPREENDIMENTOS LTDA, tendo em vista que tal pedido não encontra respaldo legal ou apoio do diploma editalício.

E, na certeza de poder confiar na sensatez dessa Administração, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que estamos interpondo estas contrarrazões, as quais certamente serão deferidas, evitando assim, maiores transtornos.

Em caso de não consideração dos fundamentos acima, requer desde já que faça esse recurso subir, devidamente informados para a autoridade superior nos termos do artigo 109, § 4º da lei 8.666/93.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Arapiraca, 08 de fevereiro de 2024.

GILVAN DE SOUZA E SILVA
CPF nº 010.914.654-95
RG nº 1767207 SSP/AL
Presidente

Voltar